

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Antonio Cruz/Agência Brasil

Chico Alencar colhe assinaturas para uma CPI da Abin

Se houver CPI da Abin, deverá ser só na Câmara

Ao contrário do que chegou a ser noticiado, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) não tentará colher assinaturas para uma CPI da Abin no Senado. Essa tentativa, por enquanto, só acontecerá na Câmara, por iniciativa do deputado Chico Alencar (Psol-RJ). Depois da repercussão na semana passada, após a operação que teve como alvo o ex-diretor da Agência Brasi-

leira de Inteligência (Abin) e atual deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), começou a se sedimentar no Senado a impressão de que não há muito o que o Congresso possa acrescentar de investigação numa CPI para além do que já vem sendo apurado pela Polícia Federal, nas ações que vêm sendo feitas com autorização do Supremo Tribunal Federal.

Narrativas

Fazer a CPI seria apenas, como disse o Correio da Manhã na edição de segunda (29), ajudar a alimentar a guerra de narrativas. Essa a avaliação que vai prevalecendo no Senado. No fundo, avalia-se que já foi isso o que aconteceu no ano passado com a CPI do 8/01.

8/01

Relatada pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA), a CPI que investigou o 8 de janeiro já teria ficado quase sempre a reboque das demais investigações, sem acrescentar muita coisa. E produzindo ao final relatórios paralelos conforme as posições políticas dos envolvidos.



Lula Marques/ Agência Brasil

Para Renan, tem de mudar o modelo de “bisbilhotice”

Renan, porém, questiona o funcionamento da Abin

Se não irá pedir uma CPI no Senado, Renan quer, porém, reavaliar o funcionamento da Abin e a sua utilidade no atual modelo. Renan, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), vai assumir em fevereiro a Comissão Mista de Atividades de Inteligência, da qual Ramagem também é integran-

te. Para Renan, que já foi ministro da Justiça, o Brasil nunca teve de fato um órgão de inteligência, mas apenas de “arapongagem política”, em muito herança da forma como atuava o antigo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) na ditadura. Ano passado, ele já tinha enviado questionamentos, pela CRE, sobre a atuação da Abin.

Inquérito

Renan pretende requisitar a íntegra do inquérito que levou à autorização, pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), da ação contra Ramagem na semana passada. Que se desdobrou na segunda-feira em uma ação contra Carlos Bolsonaro.

STF

A tese da instrumentalização política já deverá avançar na CPI do STF, que foi pedida no ano passado pelo deputado Marcel Van Hatten (Novo-RS) e já obteve as assinaturas mínimas para vir a ser instalada. Van Hatten espera seu início agora quando o Congresso voltar.

Política

Pelo lado da oposição, intensifica-se o discurso de instrumentalização política da investigação. Mas em Brasília ninguém espera que as coisas parem e que novos poderosos apareçam investigados. No fundo, é o desdobramento da apuração sobre o 8 de janeiro.

Arapongados

O burburinho agora, especialmente no Senado, é em torno da obtenção da suposta lista de quem foi arapongado. Não são poucos os parlamentares que hoje desconfiam que estavam sendo monitorados pela Abin, e querem ter certeza se de fato isso aconteceu.

Carlos Bolsonaro prestará depoimento à PF hoje

Filho do ex-presidente é acusado de se beneficiar da Abin

Por Gabriela Gallo

A semana começou movimentada para a oposição, em especial para o clã Bolsonaro. Na segunda-feira (29), a Polícia Federal (PF) deu continuidade à Operação Vigilância Aproximada, que investiga um suposto esquema de espionagem praticado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) contra autoridades. Com foco em pessoas acusadas de receberem informações produzidas de forma ilegal pela Abin, o alvo da vez foi o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (saindo Republicanos e indo para o PL). Em entrevista à CNN Brasil, Jair Bolsonaro afirmou que o filho irá depor na PF nesta terça-feira (30).

O vereador foi apontado pela polícia como “a principal pessoa da família que recebia informações da Abin paralela”. A apuração da PF ainda indica que ele teria dado a ideia de criar o grupo paralelo para usar a estrutura da Abin no monitoramento ilegal de autoridades públicas e outras pessoas. As buscas nos endereços ligados ao vereador foram autorizadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

A polícia foi à casa da família Bolsonaro em Angra dos Reis (RJ), onde o ex-presidente e os três filhos (Carlos, Eduardo e Flávio) passam o verão e onde realizaram uma live conjunta no último domingo (28), véspera da operação. Quando os agentes chegaram, a família não estava em casa porque tinham saído para pescar. Ao serem comunicados pelo advogado de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, eles retornaram à residência e Carlos teve o celular e computadores apreendidos.

Durante a live conjunta, Bolsonaro negou o envolvimento dele e da família no caso, e afirmou que a suposta ‘Abin Paralela’ feita em seu governo, é porque ele optava por ligar dire-



Renan Olaz/CMRJ

Desdobramento de operação da PF teve Carlos como alvo

tamente para conhecidos em vez de acionar a inteligência oficial dos órgãos. “Por exemplo, está pegando fogo na Amazônia, eu ligo para o coronel Menezes [antigo membro do PL em Manaus], pergunto o que está acontecendo e ele me responde. Essa é a minha inteligência”, disse o ex-presidente.

Assessores

Além do vereador, também foram expedidos mandados de busca e apreensão contra Luciana Almeida, assessora de Carlos Bolsonaro, e Priscilla Pereira, assessora do ex-diretor-geral da Abin deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ). As investigações da PF encontraram trocas de mensagens entre as duas, na qual Luciana teria pedido para Priscila informações sobre inquéritos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus três filhos.

“Como ressaltado pela autoridade policial, as ‘demandas’ eram tratadas por meio de assessoras, e não diretamente entre os investigados, ‘corroborando

ainda mais o zelo em relação aos vestígios das condutas delituosas’, de modo que o não acolhimento da representação em relação à Luciana Almeida poderia prejudicar, significativamente, a colheita de provas e o deslinde da investigação”, escreveu Moraes na decisão que autoriza a operação da PF.

Repercussão

O segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), repudiou a operação da PF e a classificou como “perseguição do governo aos conservadores”. Ele reiterou que a operação contra Carlos Bolsonaro será levada aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

“Só demonstra o desespero da esquerda, que a cada dia vê um crescimento e o fortalecimento da direita e dos conservadores no Brasil. Um exemplo disso foi o sucesso da live ontem [domingo] com os índices recordes de audiência do presi-

Com poucos líderes em Brasília, Arthur Lira cancela reunião

Por Ana Paula Marques

Com poucos parlamentares presentes em Brasília, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), cancelou a reunião com líderes partidários que estava prevista para segunda-feira (29). Os congressistas estão de recesso parlamentar e voltam daqui a uma semana, no dia 5 de fevereiro.

O tema central da reunião seria o veto bilionário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a emendas parlamentares, o corte de R\$ 5,6 bilhões nas emendas de comissões permanentes do Legislativo — dinheiro que parlamentares direcionam a seus redutos eleitorais, para auxiliar aliados políticos nos municípios.

Outros temas também seriam tratados na reunião como, a Medida Provisória (MP) da reoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia e a taxação de líderes religiosos. Provavelmente abordariam também as últimas ações da Polícia Federal, que atingiram dois deputados federais, Carlos Jordy (PL-RJ), e Alexandre Ramagem (PL-RJ), além do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro



Pedro França/Agência Senado

Lira não conseguiu reunir os líderes durante o recesso

(que está trocando o Republicanos pelo PL). Pautas que, nos últimos dias, tensionam a relação entre governo e Congresso.

Mesmo sem reunião, Lira encurtou suas férias e chegou a Brasília na segunda, onde trabalhou somente em despachos internos. A expectativa é que o encontro com os líderes ocorra após o Congresso Nacional retomar os trabalhos do Legislativo.

Tensão com STF

Outro tema esquenta o clima no Congresso Nacional: as operações da Polícia Federal (PF) que atingiram dois parlamentares do PL nas últimas semanas. Agentes da PF conduziram bus-

cas e apreensões nos gabinetes dos parlamentares, e a oposição cobra de Lira providências.

O deputado Ramagem é investigado por suposto esquema de espionagem ilegal quando estava na chefia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). Já o deputado Carlos Jordy é investigado por ligação com os atos golpistas de 8 de janeiro.

Parlamentares da oposição se sentiram incomodados com as buscas e declararam que pretendem cobrar de Lira e do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma resposta institucional ao que declaram ser “exageros” da Suprema Corte.

dente Bolsonaro”, disse Sóstenes ao Correio da Manhã.

Toc, toc

A investigação também gerou uma polêmica ao governo federal após uma publicação nas redes sociais oficiais do governo. No mesmo dia que foi anunciada a operação a comunicação social do governo publicou publicou um post nas redes sociais com uma foto de uma pessoa com manga comprida preta (lembrando o uniforme da PF) batendo em uma porta. Na publicação estava escrito “Toc, toc, toc...”

Ao passar a imagem, aparece uma foto de divulgação para os cidadãos “abrirem as portas” para os agentes comunitários de saúde no combate à dengue. A publicação foi considerada polêmica por se referir a um meme em que a ex-deputada federal Joice Hasselmann fala: “Toc, toc, toc. Quem é? É a polícia federal”. O meme é usado com frequência nas redes sociais em operações da PF. A publicação em um canal institucional do governo relacionando uma campanha de saúde com um meme voltado para perseguir o maior adversário político de Lula, teve uma repercussão negativa e foi muito criticada. Os agentes de saúde usam coletes azuis, que nada têm a ver com a camisa de manga comprida preta que remete às roupas da PF.

Em entrevista à Globonews, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, negou que o post teve a intenção de provocar Bolsonaro. No entanto, ele confirmou a associação com a PF. Segundo ele, como as pesquisas ligadas à investigação da PF estavam em alta, a publicação usou o meme na intenção de chamar a atenção do público para a temática da dengue. “Nosso objetivo foi a dengue. Pelo ponto de vista publicitário, eu acredito que nós fomos bem-sucedidos”, afirmou o secretário.

Eles prometem tumultuar os trabalhos e agir com “descompromisso institucional” caso as Casas não respondam “à altura” as operações que declararam ser um “desrespeito ao poder Legislativo”. Segundo o vice-presidente da Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), caso não haja essa reação institucional, a resposta virá da oposição “sem freio”.

“Queremos saber deles — Lira e Pacheco — se teremos uma resposta institucional. Se nada for feito, vamos soltar a corda. Se depois não conseguirem segurar as Casas, não reclamem”, afirmou.

Tensão com governo

No outro lado da tensão, essa com o governo, parlamentares reclamam das estratégias do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de aumentar as arrecadações públicas em 2024. Congressistas são contrários à MP que reonera a folha de pagamento para os 17 setores da economia.

A resistência ao texto levou o chefe da pasta da Fazenda a se reunir com os presidentes do Legislativo ainda em janeiro, no período das férias, para estudar uma saída que agrade tanto o Congresso quanto o Executivo, mas ainda não chegaram a um acordo.